



Grupo Parlamentar

CDS - PP

N.º 21 – VIII

P.º 50.04.02

INTERVENÇÃO FINAL

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa;

Senhoras e Senhores Deputados;

Senhor Presidente;

Senhora e Senhores membros do Governo;

Discutimos o Programa apresentado pelo IX Governo Regional dos Açores. Obvia e legitimamente é o Programa do Partido Socialista.

Não duvidamos sequer das boas intenções que nele estão consagradas.

Há até matérias com as quais estamos de acordo, embora mesmo aí o Programa não tenha tido a amabilidade de referir com que medidas concretizará os seus objectivos.

Há porém muitas matérias sobre as quais o CDS/Partido Popular tem uma visão diferente.

Defendemos, desde logo, que o desenvolvimento dos Açores deve ser feito de forma integrada, de forma contínua e segura e, mais do que isso, a pensar no futuro.

Acreditamos por isso que a agricultura é, e deve continuar a ser, o principal sector económico dos Açores. Para isso é preciso qualificar aquilo que produzem os nossos agricultores. Para isso é preciso encontrar formas de os nossos agricultores passarem a produzir muito daquilo que, quase diariamente, importamos do exterior.

Afirmamos a necessidade de uma estratégia moderna para as pescas, que valorize a cooperação com os países ACP.

Acreditamos na qualidade de vida, onde o mundo rural deve ter um papel essencial no desenvolvimento e no progresso. É por isso necessário nunca esquecer a agricultura, dinamizar



micro empresas, apostar no património local, apoiar o associativismo, acarinhar devidamente a nossa cultura popular, nomeadamente o seu expoente máximo, as bandas de música, as quais voluntariosamente, enchem de festa as nove ilhas dos Açores.

Vemos o turismo como um sector que se deve integrar na nossa realidade e não alterá-la de forma abrupta. O Plano de Ordenamento Turístico é por isso um instrumento essencial, embora seja estranho que, agora que já estão todos os hotéis construídos, é que irá ser elaborado.

É tempo de apostar na nossa verdadeira vocação turística: o turismo rural, o turismo de habitação ou até mesmo o turismo feito em unidades de pequena dimensão dispersas pelas nossas vilas e freguesias.

Sentimos o futuro como uma preocupação do presente. As grandes infra-estruturas devem ser um investimento que não seja feito hoje para voltar a fazer amanhã. Continuamos a achar, por exemplo, que incluir mais valências no Porto de Ponta Delgada é não ter uma visão de futuro. O mesmo se diga em relação às estradas da Ilha de São Miguel cujo tráfego já faça antever a necessidade de quatro vias.

Financeiramente, o caminho da Autonomia implica uma maior eficiência, aproveitando a proximidade, assim como uma maior libertação da sociedade civil, reforçando a livre iniciativa e a autonomia dos cidadãos, das famílias e das empresas.

Mas a principal aposta do futuro é certamente a Educação. Responsabilizando e envolvendo todos, valorizando o papel do professor e devolvendo a cada um a sua verdadeira função: à escola cabe ensinar, à família educar.

É na adequada formação de cada açoreano que reside o sucesso da nossa Autonomia. Queremos, por isso, deixar aqui o nosso apoio e o nosso elogio ao propósito de dar primazia à língua e à matemática, da mesma forma que continuamos a insistir que ao contrário da visão deste Governo que entende o ensino profissional como de 2ª escolha, nós entendemos que deve passar a ser do mesmo nível e até, preferencialmente, a 1ª escolha dos jovens açoreanos.



Grupo Parlamentar

CDS - PP

Assumimos o primado da família como elemento essencial da nossa sociedade, o que requer uma política para a sua valorização, de modo a que se possa conciliar a vida profissional dos pais, com a educação e ocupação dos tempos livres dos filhos, e com o apoio aos familiares mais velhos.

Pretendemos a generalização do acesso à saúde, à obtenção dum melhor grau de prestação de cuidados de saúde, em especial de cuidados primários de saúde, sem prejuízo da racionalização económica da despesa pública.

Entendemos que é tempo de travarmos um combate preventivo à toxicodependência.

Defendemos uma política de juventude que procure a promoção e a participação social de cada jovem, permitindo a sua realização humana enquanto pessoa, contribuindo assim para a contínua integração das novas gerações na sociedade. Aliás, a própria estabilidade social passa também pela criação de condições para a fixação dos jovens nas suas comunidades de origem.

Vemos com agrado o objectivo de recuperar habitação degradada. Entendemos porém que é essa estratégia que deve ser a regra e não a excepção. É tempo de revitalizar os centros das nossas terras, dar-lhes vida e, sobretudo, integrar os nossos concidadãos com mais necessidades.

É aliás em relação a estes, aos mais desfavorecidos, aos mais pobres, aos mais fracos, que se deve dirigir em primeiro lugar a actividade política. A maior nobreza do nosso trabalho é a possibilidade de contribuirmos para o bem-estar dos tantos e tantos açoreanos que ainda vivem fora dos mais básicos índices de bem-estar. Muitas vezes, porque, mais do que apenas os bens materiais, continua a faltar o apoio humano que lhes permita uma vida integrada, estável, responsável e feliz.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores Deputados;

É verdade que este programa foi sufragado pelos açoreanos. Não por todos, mas com certeza pela maioria de entre aqueles que foram votar. Faz por isso sentido que os Deputados do PS votem



Grupo Parlamentar

CDS - PP

favoravelmente, da mesma forma que faz sentido que os Deputados do CDS o votem hoje como o votaram em Outubro.

E permitam-me que diga, daqui, a todos os açoreanos que não se revêem neste Programa, e que não apoiaram este Governo, que terão no Grupo Parlamentar do CDS/PP uma força firme e activa na defesa de um conjunto de valores e de políticas alternativas à governação socialista.

Não nos opomos por qualquer atitude destrutiva, nem nos demitimos de, mesmo na oposição, pela positiva, sugerir e contribuir para o futuro dos Açores.

Opomo-nos porque não encontramos elos de identidade suficientes com este Programa que nos permitam outra alternativa.

Opomo-nos porque pretendemos ser, nos Açores, nos próximos anos, uma alternativa legítima ao actual Governo Socialista.

Senhor Presidente;

Senhoras e senhores deputados

Reafirmamos neste debate a necessidade de um compromisso político comum entre os três partidos parlamentares na defesa dos Açores junto de Lisboa. Agora que ninguém sabe qual a cor política do próximo Governo da República é o tempo certo para o nosso compromisso na defesa das matérias que dizem respeito à nossa terra, e cuja solução são da responsabilidade do Estado português, sejam as respeitantes à Base das Lajes, à RTP/Açores, aos transportes ou às tantas outras cuja solidariedade é o corolário lógico da soberania nacional.

O futuro implica uma nova mentalidade. Uma nova mentalidade nacional, sem preconceitos, que busque a convergência, e uma nova mentalidade regional que tenha por ponto de partida a certeza de que antes de qualquer um dos nossos partidos está a nossa terra.

Senhor Presidente;

Senhoras e senhores deputados



Grupo Parlamentar

CDS - PP

Iniciamos mais um período na construção da Autonomia dos Açores. Uns no Governo, outros na oposição. Todos cumprindo o seu papel a bem da Autonomia dos Açores.

Queremos que a nossa gente possa ser mais feliz.

Somos os Açores. Com as nossas tradições e os nossos costumes. As nossas festas. As nossas colectividades. O nosso verde. O nosso mar. A nossa terra.

Disse.

Horta, 11 de Dezembro de 2004

O Deputado Regional,

Paulo Domingos Alves de Gusmão